

5.

A “Arte Social” e o convívio EM e ENTRE grupos ou organizações

2000, 2003, 2004, 2006

Combinamos aqui materiais originados em diferentes momentos. A parte introdutória foi redigida em 2006, basicamente com conceitos das oficinas “A Arte de Viver em Círculos” realizadas em Botucatu e em Curitiba no final de 2004. As “listas práticas” 1 e 2 foram preparadas para o “Encontro de Todos os Santos”, que reuniu em São Vicente membros de diversas ONGs da Baixada Santista em 01.11.2003, tendo sido publicadas depois como o “livro de uma folha só” *Enfrentando os desafios da cooperação* (RICKLI 2004c).

Já a lista 3 (“Regras de Comunicação”) foi desenvolvida em meio a processos atravessados pela Trópis em 1999 e 2000; revisões e parte da reflexão final entraram em 2004, por ocasião da publicação como “livro de uma folha só” (onde apareceram com o nome “normas” em lugar de “regras” – RICKLI 2004b); finalmente uma nova revisão e uma nova introdução foram feitas para este volume, em 2006.

As três listas se encontram disponíveis também em www.tropis.org/biblioteca

5.0. ALGUMAS PALAVRAS SOBRE ARTE SOCIAL...

A expressão “arte social” me foi apresentada há muitos anos por conhecedores da obra de Rudolf STEINER. Segundo disseram, ele não a considerava metafórica, mas dizia que o convívio inter-humano deveria se desenvolver literalmente como uma arte, ao lado da música, literatura, dança, arte teatral etc. Não estudei em profundidade as declarações de Steiner nesse sentido, mas verifiquei que a expressão de fato aparece em pelos menos três volumes das suas Obras Completas: 93, 332a e 338, que reúnem palestras que vão de 1904 a 1921; no primeiro desses diz que esta ainda viria a ser considerada “a rainha das artes”.

A expressão voltou à minha mente, anos mais tarde, quando notei que diversas pessoas que conheci realizando trabalho pedagógico em iniciativas sociais tinham em seu passado algum tempo ou pelo menos um começo de carreira artística.

Percebi aí que eu mesmo nunca mais havia pensado no assunto de publicar ou pôr em cena minha poesia – o que em certos momentos passados havia chegado a parecer o assunto principal da minha vida (sem falar aqui de minhas relações menos seguras mas talvez ainda mais apaixonadas com a música).

E percebi igualmente que muito da sensação que eu conhecia da experiência do fazer artístico estava presente, agora, quando me empenhava em encontrar maneiras de evitar que as pessoas de determinado grupo abandonassem, devido a dificuldades de convívio, os interessantíssimos empreendimentos que vinham realizando em conjunto – e que, ao contrário, voltassem a encontrar *prazer criativo* nesse conviver.

Percebi então que provavelmente tomamos a expressão “arte social” de modo bem leviano, quando a ouvimos: como se fosse uma idéia bonita... e alcançável meramente por a acharmos bonita. Pela simples boa intenção, ou pura inspiração.

Mas afinal, quem tem alguma noção do que seja arte, esse sabe que vontade, inspiração e mesmo talento não bastam para realizações significativas se não forem acompanhados de um empenho na aquisição e/ou desenvolvimento de técnicas que possibilitem a realização concreta do que se imagina ou se intui.

Não cabe no momento um estudo detalhado sobre “técnicas da arte social” ou algo assim, mas quero deixar soltamente registrados alguns “ganchos” que me parecem importantes, seguidos de “três listas práticas” pelo menos um pouco sistematizadas.

5.0.1. A chave maior

A primeira e quase-única chave do convívio, de longe a mais importante, é o **ensinar-se a ouvir**. A ouvir *de fato*. Que eu me conceda tempo exterior e principalmente interior para deixar que o pensamento do outro se recrie dentro de mim, de modo que eu experimente pelo menos um pouco do *sabor* do que é ser o outro, estar na posição dele.¹

Aliás, é fundamental estar informado de que esse “sentir o que o outro sente”, ou conhecimento por empatia, não é meramente parte de algum discurso religioso beato: a recente descoberta dos neurônios-espelho mostrou que se trata do *principal* modo de aquisição de conhecimentos da humanidade.²

Essa mesma descoberta representa ainda a confirmação de que **o exemplo** é de longe o mais forte entre os procedimentos educacionais possíveis – um fato óbvio sabido desde sempre... e quase inteiramente negligenciado na prática e nos estudos pedagógicos de hoje.³

Junte-se a consciência do papel do exemplo no ensinar, mais a do papel do ouvir autêntico no convívio e na cognição, e estará mais que demonstrado o que a intuição diz desde sempre: **quanto melhor uma pessoa saiba ouvir, melhor será como educador(a) – e como administrador(a)**.

Ora, poucos discordariam disto enquanto teoria... mas uma vez na prática... talvez seja este o critério que revele de modo mais gritante o estado calamitoso em que nossa educação se encontra. Creio que nunca vi no Brasil um grupo de educadores/as ou administradores/as educacionais em que uma pessoa não interrompa constantemente a outra, gerando com isso uma conversa ziguezagueante com resultado pouco ou nenhum. Das salas de professores das escolas fundamentais a reuniões de professores universitários, a interrupção é a regra.

Não se pense porém que este é um assunto apenas do mundo pedagógico *stricto sensu*: é um assunto *do mundo* – o qual é *inteiro* pedagógico, perceba-se ou não. O que estamos falando vale para todo tipo de organizações, e até para famílias e rodas de amigos: a chave da arte do convívio é o saber ouvir.

Não: não se trata de um tema fácil. Saber ouvir *não* significa submeter-se a discursos alheios intermináveis, nem permitir que pessoas arrastem um grupo para fora do assunto em foco ao sabor dos seus impulsos pessoais.

Aliás, é quase regra que o ouvir nos seja cobrado por pessoas que, elas mesmas, ouvem pouco ou ouvem mal. Na relações familiares essa termina sendo quase sempre a situação das mães; as razões para isso são compreensíveis, mas não tornam o fato menos nocivo nem aceitável: *a sociedade ainda precisa encontrar modos de enfrentá-lo*.⁴

¹ *Sapere aude!*, dizia Kant – “ouse saber”... mas a palavra “saber” aí *não* é “juntar informações de segunda mão”, e sim “experimentar o sabor, conhecer pelo sabor”. Quem não *sentiu o sabor* não *sabe* coisa nenhuma!

² Ver RIZZOLATTI 2006, RAMACHANDRAN 2006.

³ Creio mesmo que grande parte da ênfase no desenvolvimento e sofisticação das metodologias para ensinar isto e aquilo não passa de um esforço do mundo pedagógico para denegar o fato da centralidade inexorável do exemplo, com seu assustador corolário da exigência do desenvolvimento do professor como pessoa antes que como profissional. – O papel do exemplo e suas conseqüências para as formação de professores são abordados nos capítulos 3.1 e 3.2 do artigo 11, e ainda em 12.4.5.

⁴ Para uma visão aparentemente brutal mas na realidade profundamente amorosa e compreensiva da situação das mães, ver GAIARSA (1986), *A família de que se fala e a família de que se sofre*. Outro trabalho desse autor que julgo indispensável no estudo do convívio é seu clássico *Tratado geral sobre a fofoca* (1978). – Aposto, a propósito, na imensa importância de uma educação para a pater/mater-nidade, o que é inclusive uma das razões da nossa ênfase (na Trópis) no trabalho com jovens (v. 2.4). Infelizmente hoje em dia predomina entre os psicólogos e outros profissionais que se dedicam a isso uma tendência conservadora, para não dizer francamente reacionária, quando talvez resida justo aí a maior das chances de transformação social.

5.0.2. Educação para o ouvir?

Pelo que estamos vendo, o estudo de uma **educação para o ouvir** poderia exigir todo um artigo, quem sabe um livro... mas aqui queremos apenas anotar “ganchos” – e lembramos de três que têm ajudado mesmo quando apenas se *conversa* sobre eles em grupos, sem exercícios práticos explícitos (os quais, é claro, também podem ser feitos):

O EXEMPLO DA ESCOLÁSTICA: geralmente ignoramos a sofisticação a que chegou a vida intelectual na Idade Média, cultivada primeiro nos mosteiros e depois nas primeiras universidades. Os debates filosóficos eram freqüentes, e seguiam regras para seu bom rendimento. Uma dessas, segundo se diz, é que a pessoa que queria contestar um argumento exposto anteriormente precisava *repetir* a exposição do argumento antes de contestá-lo, mostrando com isso que não estava se opondo levemente a algo que não havia entendido de fato, ou – pior, num procedimento que é *extremamente comum* hoje em dia – tentando gerar em sua contestação uma imagem falsificada do argumento contestado, roubando pontos para o seu lado numa espécie de jogo sujo.

O EXEMPLO AMERÍNDIO: O BASTÃO DA FALA. Embora tenha adentrado recentemente o mundo das organizações a partir da América do Norte, parece que se trata de uma prática comum nos conselhos de grupos indígenas das três Américas. Trata-se de um objeto que representa física e visivelmente o direito à palavra, que só pode estar com uma pessoa de cada vez. Segundo o mitólogo e educador Marcos Ferreira SANTOS, em comunicação oral, tradicionalmente é um objeto artístico que deve conter elementos dos diferentes reinos da natureza – mineral, vegetal, animal – e já sua *feitura* é significativa como dinâmica de integração de grupos.

Na sua falta, porém, não deixa de ser útil escolher um objeto qualquer – embora de preferência, pelo poder dos símbolos em nosso inconsciente, não sem sua beleza ou nobreza – que represente o direito de fala quando nas mãos de alguém.

Trata-se, enfim, de uma forma de intensificar a consciência da seguinte regra elementar: **nunca duas palavras devem soar ao mesmo tempo no ar.** Em nossos grupos pouco educados para a *economia da fala* (ver a seguir) pode ser inevitável uma ou outra vez que um coordenador faça soar sua palavra antes que outro tenha encerrado sua fala, mas deve haver consciência aguda de o quanto essa situação deve ser entendida como extrema.

A ECONOMIA DA FALA. Trata-se de uma expressão original da Trópis, que não se refere a “economizar palavras” no sentido de “poupar”, e sim ao *balanço entre o falar e o ouvir*, com a consciência de que está ocorrendo aí uma transação com *bens* ou *valores* (neste momento no sentido econômico da palavra, não no ético).

De modo objetivo: **quem ouve dá, quem fala recebe.** A primeira vista há aí um contra-senso, pois quem fala estaria repassando informação a quem está ouvindo – porém à parte a questão do duvidoso valor da informação em boa parte das falas que ouvimos, existe um fenômeno paralelo que ocorre em nível psíquico e mesmo *bioenergético* (ousamos afirmar da experiência, mesmo sem investigação sistemática). Ele se mostra no fato de que quem ouve muito sai geralmente cansado, enquanto quem foi ouvido sai freqüentemente com a vitalidade aumentada – muitas vezes com uma mescla de bem-estar e excitação de tipo similar à provocada pela cocaína.

Dizemos então que **atenção é energia psíquica:** quem dá atenção está alimentando, quem recebe atenção está sendo alimentado. E **este fato é mais determinante para as dinâmicas sociais que o teor de informação intercambiado.**

Pessoas que falam muito, sobretudo sem dar atenção ao grau de interesse espontâneo do ouvinte pelo que estão falando,⁵ são vivenciadas socialmente como “vampiros de energia” e passam a ser evitadas no convívio espontâneo – donde que

⁵ Interesse espontâneo que se revela p.ex. no brilho dos olhos, ou na participação com contribuições que estimulem o desenvolvimento do assunto e não o seu encerramento.

não raro tais pessoas busquem posições de poder que forcem os outros a ouvi-la – para continuarem se alimentando excessivamente da energia psíquica alheia.

Mas como fica nisso o caso do professor, do conferencista, do expositor de um assunto em geral?

Ao contrário do que se pode pensar, *não* extraio daqui um argumento contra aulas expositivas! Acho que *verdadeiras* aulas expositivas não estão sobrando e sim faltando no ensino de hoje. De modo geral, o “ensino tradicional” tão criticado nos artigos sobre educação que aparecem na imprensa, especializada ou não, é uma fantasia: simplesmente não é praticado mais em nenhum lugar. A regra hoje em qualquer escola pública é mandar fazer “pesquisas”, geralmente em grupo, e deixar todo mundo falar. E nem por isso o ensino melhorou.⁶

A situação pedagógica caracteriza-se justamente por partir de um desnível informacional a ser superado. O professor precisa almejar conseguir de seus alunos um grau de atenção que seria vampiresco nas relações sociais corriqueiras; mas precisa estar consciente da preciosidade do que está pedindo, e compensá-lo regamente com *informação pertinente e de qualidade*.

Claro que é desejável ainda que os momentos expositivos sejam complementados com momentos dialógicos abertos – desde que *com método*; e considero a usual divisão em grupos o menos eficiente e mais barateador dos procedimentos que se poderia tentar para isso. Só valeria se houvesse uma monitoria qualificada e atuante em cada um dos grupos. Muito melhor é o debate plenário em forma de círculo – desde que também *com método*.

5.0.3. Algumas palavras sobre círculos

Devo à educadora e depois terapeuta Judy Hurley (depois Bloomgardener) – daquela estirpe dos “outros americanos” a que pertencem um Thoreau, um Chomsky – o ter me chamado a atenção, em 1980, para a importância social e política da mudança da forma-platéia para a forma-círculo. Mais uma vez não pretendo esgotar o assunto, apenas registrar alguns aspectos interessantes

- Com uma platéia de 30 pessoas diante de 1 dirigente, existem 30 pares de contato 2 a 2 considerados legítimos. Levando em conta que cada contato é mão-dupla (posso p.ex. enviar ou receber uma pergunta), são 60 possibilidades de contato, sendo que 30 pessoas dispõem de 1 contato, e 1 pessoa dispõe de 30.
- Com as mesmas 31 pessoas dispostas em círculo, cada uma podendo olhar nos olhos e dirigir a palavra a qualquer outra, há 465 pares e 930 possibilidades de contato, sendo que cada um dos participantes dispõe igualmente de 30.⁷
- Numa platéia de 60 pessoas e um dirigente, as possibilidades de contato seriam 120, isto é: apenas dobrariam em relação à platéia de 30. Em círculo, as possibilidades chegariam a 3660: quase quadruplicariam.
- Numa estrutura de fileiras e colunas paralelas os olhares vão todos na mesma direção e sentido, porém também paralelos. Nunca convergem, nunca se cruzam. No círculo todos os olhares se cruzam em um ponto que está no centro, equidistante dos participantes. Podemos dizer que os olhares convergem num ponto que pertence a todos em conjunto e a ninguém em particular.
- No círculo tenho diante de mim uma ou duas pessoas que estão vendo precisamente aquela parte do mundo que eu não posso ver: a que está diretamente atrás da minha nuca. A pessoa oposta a mim pode me servir de

⁶ Um desmonte inteligente desse uso leviano da palavra “tradicional” no discurso sobre a educação se encontra em CORDEIRO 2002.

⁷ É óbvio que não estou pretendendo que se use isso num grupo de 30 crianças pequenas – pelo menos não o tempo todo. Cada coisa tem um determinado espectro de aplicação. Tampouco colocaria na mão de uma criança uma caixa de veneno de rato, por excelente que fosse para seus fins!

espelho, e ajudar a ter uma visão mais completa do mundo; poderia p.ex. me advertir se alguma coisa quisesse me atacar por trás.

- Com isso, um círculo tem potencialmente em si a visão do todo, com um “órgão” de atenção específica (uma pessoa) para cada parte desse todo, enquanto sozinho meu panorama não chega à metade do todo (não mais que uns 150°), e com foco nítido (a visão central) em apenas um ponto de cada vez.
- No círculo como espelho-do-todo, o universo que se estende em torno de nós é como que recolhido no centro: o infinito virado pelo avesso, nós em torno dele, não ele em torno de nós; a convexidade exterior recolhida na concavidade interior, e isso com a já referida inversão: quem capta a imagem do oeste é quem está situado na região leste do círculo, e assim por diante. (É preciso não esquecer, porém, que *o mundo continua ao redor de nós*, que estamos em torno de uma *imagem*, e que nenhum espelho é perfeito).
- O círculo pode ser temporariamente polarizado para dar atenção especial a uma exposição (ver acima as observações sobre aulas expositivas): retrai-se parcialmente, tende a um semi-círculo ou meia-lua, concedendo ao expositor um maior espaço relativo. Pode-se fazer isso sem abrir mão das demais vantagens da circularidade. Entre outras coisas, isso pode ajudar o expositor a permanecer consciente da transitoriedade da sua situação especial.
- Um círculo tão grande que eu perdesse o contato direto com quem está diante de mim, esse perderia sua razão de ser. Nele, além disso, cada relação 2 a 2 se tornaria pouco significativa diante do número muito alto de relações 2 a 2 possíveis. Melhor que um círculo gigante são portanto vários círculos com número limitado de participantes.
- Como se relacionariam entre si os diversos círculos? Criar círculos de representantes de círculos parece uma resposta óbvia – mas termina por gerar mais uma vez uma estrutura hierárquica, de tipo piramidal, não importa se com base redonda.⁸ O melhor é que círculos apenas se toquem ou se interseccionem parcialmente: a estrutura resultante é uma *rede*. Em lugar de hierarquia, um mundo de relações horizontais, mas nem por isso desestruturadas. Ou, no dizer de Caetano Veloso, **frátria** em lugar de pátria.⁹

5.0.4. Da decisão sobre a vida alheia

Tenho visto muitas estruturas sociais pretensamente novas e circulares incorrerem num antigo vício: tomarem decisões que afetam pessoas sem trazerem essas pessoas ao círculo nem uma única vez.

Este critério é um verdadeiro divisor de águas entre quem realmente entendeu o que seja a dignidade universal do ser humano, e quem ainda permanece preso à cultura da dominação.

Se pretendermos fazer parte do primeiro caso, jamais poderemos tomar atitudes que afetem uma pessoa sem a presença dessa pessoa em pelo menos parte das discussões que lhe afetam, com oportunidade de palavra livre (e não apenas de responder perguntas, como num tribunal).

Às vezes uma decisão desfavorável à pessoa é inevitável, e nesses casos o espremeio (justo ou injusto) é absolutamente natural; não há por que reprimi-lo. O bom-tom hipócrita que tenta manter aparências de que na vida não haja dor, não haja fezes, não haja desgosto... tudo o que ele faz é adiar o “retorno do reprimido” para algum

⁸ Foi o que aconteceu com a União Soviética, onde inicialmente “soviet” devia designar um conselho circular no sentido de que estamos falando.

⁹ Sobre a formação de redes a partir de círculos, a sociocracia proposta pelos holandeses Kees Boeke e Gerard ENGENBURG (v. nota 22 do artigo 3) sugere que cada círculo se faça representar por duas pessoas em cada outro círculo parceiro. – A expressão de Caetano VELOSO se encontra na música *Língua*, do disco *Velô* (1984).

momento futuro; é provável, aliás, que aí ele apareça com força redobrada e em momento ainda mais impróprio.

5.0.5. Outra chave: os pratos sujos

Em outro livro pretendo tratar do prato sujo como matriz fundamental da Economia... Aqui quero apenas mencioná-lo como objeto auxiliar na mais indispensável das disciplinas espirituais: lavar os pratos que sujei, se não todas pelo menos algumas vezes por semana, é um precioso modo de manter acesa a consciência sobre as conseqüências do meu estar-no-mundo e a gratidão a quem esteja fazendo o restante do trabalho de dar contas dessas conseqüências.

Eu disse que o ouvir é a chave principal do convívio, e o mantenho – mas num certo nível não há mais ouvir que dê conta de manter o convívio se não fizer viver em mim tal consciência e sobretudo sua filha, de nome *responsabilidade*. E nesse sentido grandes são os poderes desse objeto mágico que é o prato sujo!

5.0.6. O ouvir e a individualidade

Por que será tão difícil ouvir? Entre outras razões possíveis, parece que identifico nas pessoas um temor de que, se deixarem a idéia do outro entrar sem barreiras – sem interrompê-lo ou sem criticar mentalmente cada frase ouvida –, então serão fatalmente *dominadas* pela idéia do outro.

Se é assim, muito do problema decorre da falta do autoconhecimento que levaria à certeza de que cada um de nós *é capaz* de digerir tudo o que assimila e de lhe dar um significado novo dentro de si: como já disse alguém, “o coelho não vira cenoura, é a cenoura que vira coelho”. Mas isso não significa que o coelho deva tentar transformar a cenoura em carne de coelho já na boca... tem que saber ingeri-la *enquanto cenoura*, e... apenas não duvidar de que tem uma natureza própria sua.

De modo que o ideal de Píndaro permanece o objetivo central da educação: encorajar pessoas a *se tornarem quem são* – no mínimo porque os inseguros que não acreditam ter uma natureza própria, mas extraem a sua suposta identidade de algum discurso alheio estocado anteriormente, são esses os que se recusam a ouvir o outro de fato, com medo que isso lhes derrube a pseudo-identidade a que se apegam.

Violência não costuma ser expressão de força, e sim da sensação de fraqueza que se tenta esconder sobretudo de si mesmo. Pouca coisa pode ser socialmente tão benéfica, portanto, quanto apoiar o desenvolvimento seguro e sereno das individualidades.¹⁰

5.0.7. Escolas de Arte Social?

Na verdade, Arte Social é o assunto principal de toda a Pedagogia e a Filosofia do Convívio (ou, em conjunto, o Convivialismo). Compartilhar seus conteúdos conforme as necessidade e interesses de cada grupo é o objetivo das oficinas *Arte de Viver em Círculos*, que a Trópis continua a oferecer.¹¹ E esperamos sinceramente poder, no futuro, oferecer treinamento em um centro permanente para isso.

Mas há ainda dois outros caminhos que quero mencionar: há hoje no Brasil considerável número de consultores e de grupos de consultores que, sob nomes como “pedagogia social” e “ecologia social”, trabalham a partir da abordagem de Bernard LIEVEGOED, por sua vez inspirada em idéias de Rudolf Steiner que, como dissemos de

¹⁰ Isto nada tem a ver com a arrogância egóica anti-social de um NIETZSCHE: essa costuma surgir, ao contrário, como reação a uma educação castradora da individualidade; longe de livre, é uma atitude totalmente reativa, e portanto dependente. Infelizmente a inegável beleza e embriagadora força poética da escrita de Nietzsche continua fazendo muita gente querer se iludir de que haja mais que umas três ou quatro idéias consistentes e úteis na obra desse pensador.

¹¹ Na preparação dessas oficinas demandamos uma forte participação do grupo que as solicitou, já a partir da definição do preço, de um modo que é muito estranho ao que hoje se costuma entender como “profissionalismo”. Esse efeito de quebra de padrões já é parte do conteúdo das oficinas, mas reconhecemos que não tem contribuído para fazer delas algo assim como um sucesso de mercado...

início, propôs o conceito de Arte Social. Preocupa-me um tanto, porém, que esse movimento tenha se tornado um mundo de consultores que formam consultores... e onde estão as pessoas que carregam responsabilidade *permanente* seja por empresas, ONGs ou movimentos sociais, efetivamente a partir dessas idéias? – De todo modo, alguma coisa dessa linha de trabalho se encontra na nossa bibliografia sob os nomes BOS, KAPLAN, LIEVEGOED e SCHAEFER.

A técnica de trabalho com mais afinidade com os objetivos da Pedagogia do Convívio é provavelmente a **Comunicação Não-Violenta** (CNV ou NVC) desenvolvida por Marshall ROSENBERG;¹² não creio que conheça outra técnica que mexa tão fundo nos vícios mais arraigados da nossa comunicação e mesmo do nosso julgamento do mundo, podendo levar de fato a nosso ideal de *revolução ética na micro-estrutura do cotidiano*, e não apenas a ainda mais declarações de boas intenções.

Também aqui, porém, parece-nos caber um cuidado para que o seu potencial transformador não se desnature – cuidado, aliás, que cabe igualmente à Pedagogia do Convívio ou a qualquer idéia que gere para si um certo sistema de linguagem: é entender, que como toda técnica *artística*, a CNV deveria ser aprendida... e depois “esquecida”. Vivida sem que se fique recorrendo a seu palavreado técnico durante as conversações da vida real, do mesmo modo que não faz sentido um dançarino ficar mencionando o nome dos passos que realiza enquanto dança!

Com certeza deve haver muitos outros, mundo afora, trabalhando de modo afim – mas são esses os que de momento eu sei mencionar.

5.0.8. Sobre a “listas práticas”

Atuar preso a normas não gera boa Arte – mas regras e listas de pontos significativos são úteis nos aprendizados – para depois serem esquecidas. Estruturas que podemos usar para ganhar altura... e depois sair em vôo livre.

¹² V. ROSENBERG 2006, HART 2004 e os sites www.cnvbrasil.org (em português) ou www.cnvc.org e www.nycnvc.org (em inglês).

5.1. LISTA PRÁTICA I: ALGUMAS CONDIÇÕES VITAIS PARA A COOPERAÇÃO

2003

- (1) **Confiança inteligente:** sem uma *atitude fundamental de confiança* é melhor nem começar! É claro a confiança precisa ser *cuidadosa*, mas por sua vez esse cuidado precisa ser *contido* e fortemente *autocrítico* (isto é: desconfiar antes de tudo de si mesmo e de sua própria desconfiança).
- (2) **Minimalismo:** regulamentações, formalidades, intervenções, condições, exigências devem ser mantidas no nível **mínimo indispensável**.
- (3) **Cuidado na comunicação:** busca do máximo respeito e gentileza na comunicação inter-pessoal (sem desconsiderar que também é preciso poder expressar e saber ouvir críticas e discordâncias!). Busca permanente de entender a posição do outro. Jamais falar em voz alta antes que o outro conclua sua fala, tentando ao máximo evitar também o tagarelar mental. Autocrítica permanente quanto à proporção entre o falar e o ouvir.
- (4) **Pontualidade:** mostra de que reconheço que o outro, e seu tempo, são tão importantes quanto eu e o meu tempo. Mais: é uma *forma de amor* (já viram quem está apaixonado se atrasar?¹³)
- (5) **Palavra:** é a contraparte da confiança, o cimento sem o qual qualquer empreendimento desmorona. O que foi combinado em conjunto só pode ser descombinado em conjunto. Quem não tem certeza de que estará disposto a todos os esforços para cumprir o que disse, é melhor que nem diga: **palavra sem valor, sociedade sem futuro!**
- (6) **Pluralismo:** *não é preciso concordar em tudo para colaborar*. Aceitação – ou no mínimo tolerância – inabalável pela **diversidade** de caminhos, visões, jeitos-de-ser: a única coisa que pode (e *tem que*) ser excluída é a atitude de exclusão ou de imposição. (Notar: a *atitude* deve ser excluída, não a *pessoa*: a exclusão de pessoa ou instituição é recurso extremo, apenas quando essa pessoa ou instituição, ela mesma, adere firmemente às atitudes de exclusão ou imposição).
- (7) **Paciência nas decisões:** decisões duradouras não se constroem com votações onde resta uma parte derrotada, e sim pela trabalhosa construção de **soluções de consenso** que contemplem todas as posições em alguma medida; para isso *todos* os participantes devem ter também a maturidade de aceitar certa medida de perda em suas posições, e de não colocarem exigências além do mínimo indispensável.
- (8) **Modéstia prática:** *nunca agir ou falar como já tendo respostas suficientes* – seja com base na experiência, num **PHD**, em Revelação Divina ou no que for: isso seria uma forma de atitude de imposição (ver condição 6). A realidade é *sempre* maior que o saber de qualquer pessoa, e exige o tempo todo a construção de respostas novas; e quando se coopera, essa construção precisa ser conjunta. **Que as pessoas envolvidas sintam uma relação pessoal com o sistema construído é mais importante que a eficiência do sistema em termos abstratos.**

¹³ Devemos essa observação ao nosso antigo colega do Instituto Biodinâmico, o agrônomo Alexandre Harkaly. Para ver como não são fáceis as questões de convívio, na ocasião (1987) a observação me irritou tanto que quase provoquei uma ruptura no Instituto... isso para tempos depois ter de reconhecer que a observação era ótima e passar a aplicá-la amplamente!...

5.2. LISTA PRÁTICA II: ALGUMAS IDÉIAS SOBRE A COOPERAÇÃO-EM-REDE ENTRE INSTITUIÇÕES

2003

1. Parece útil, de início, distinguir dois tipos de cooperação:

- **COOPERAÇÃO NA MISSÃO:** estruturas de cada instituição contribuem para a realização de missões ou tarefas em comum.
- **COOPERAÇÃO NA ESTRUTURA:** estruturas comuns (desenvolvidas em rede) contribuem para a realização de missões ou tarefas de cada instituição.

Naturalmente, as relações entre instituições podem ser de um ou de outro desses tipos, ou combinações dos dois em diferentes graus.

2. **A conexão em redes está aí para ser um alívio, e não um aumento da carga de cada participante!** Todos nós já fazemos coisas demais. Podemos cooperar com as atividades *já existentes*, uns dos outros – e não inventar atividades novas para a rede. Isso pode ter seu lugar mais à frente: *é para uma rede já bem constituída e madura.*

3. As redes mais autênticas serão as formadas por **instituições em relativo pé-de-igualdade**. Se formos uma rede de iniciativas-civis-sem-fins-de-lucro, os rumos deverão ser definidos e as decisões tomadas prioritariamente pelos participantes que têm conhecimento vivencial da realidade típica dessas iniciativas.

Entidades de um “setor 2,5” (como as do Sistema S) podem estar presentes colocando recursos à disposição, porém não na liderança (pois desconhecem já a realidade prática mais dramática das pequenas OSCs, que é a captação de recursos sem o respaldo de uma imagem institucional poderosa).

4. Também quando o poder público convoca à formação de redes é preciso ter cuidado – pois ele normalmente quer apenas executores, achando que sabe como fazer..., enquanto que as OSCs (organizações da sociedade civil) precisam preservar-se como campo de **liberdade de renovação**, de desenvolvimento de novas formas de atuar – e também de *pressão* para que o Poder Público seja de fato público!

5. É preciso **não confundir a atividade com a administração** da estrutura que serve a essa atividade - p.ex. à educação. A propalada “profissionalização do 3.º Setor” tem sido puro investimento na administração, e praticamente esquece a atividade em si. É preciso ter certeza de que a administração não “manda”: ela é *meio* para a realização da atividade, e portanto *subordinada* aos objetivos desta.

Correspondentemente, os gastos com a administração, e mesmo o ganho individual de administradores, deveria estar em segundo plano em relação aos gastos com os executores (p.ex. educadores).

6. No entanto, a administração e a captação de recursos *são* o maior desafio das pequenas instituições. O movimento de “profissionalização do 3.º Setor” tem consistido fundamentalmente em cursos e consultorias, porém o problema das instituições é muito mais **encontrar e manter quem faça**. Quem diga como fazer, isso está sobrando!

7. Mas se levarmos em conta o Ponto 5, vemos que é efetivamente **impossível a uma pequena instituição** manter um departamento administrativo capaz de enfrentar as tremendas exigências burocráticas brasileiras, sem prejudicar com isso a execução da sua missão. (*Quem está com tudo em dia em todas as frentes?*)

Provavelmente a melhor forma de enfrentar isso seria formar de **Redes de Estrutura** (conforme o Ponto 1).

8. Em conjunto (de modo cooperativo) pequenas entidades poderiam contratar o serviço de **profissionais experientes** – pois do mesmo modo como não se devem

entregar os anos iniciais da escola aos professores novatos, não se deveria entregar a administração de instituições frágeis a estagiários ou profissionais inexperientes.

9. Provavelmente o primeiro passo seria a contratação conjunta de serviços administrativos no sentido burocrático, incluindo contabilidade, assessoria jurídica etc., bem como iniciativas gerais de divulgação. Esses serviços responderiam a um órgão colegiado *decisório e ativo*, com representação de todas as iniciativas.
10. Um segundo nível seria organizar em conjunto a **Captação de Recursos** – p.ex. um mesmo captador, neutro, anda com um portfólio de projetos de diversas instituições. Esse porém é um passo muito mais complexo, para uma rede altamente amadurecida - o qual porém pode ser atingido com um bom tempo de trabalho conjunto, se houver vontade verdadeira.

5.3. LISTA PRÁTICA III: AS REGRAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA DA TRÓPIS

2000/2004/2006

Para quem?

O conteúdo destas regras corresponde a uma realidade humana tão presente num grupo de balconistas adolescentes quanto num de professores-doutores, tanto no pessoal de uma casa noturna quanto no de um mosteiro.

Quando foram escritas, tinha-se em vista um grupo de jovens entre 16 e 20 anos, todos alunos de escolas públicas na periferia de São Paulo. Escolhemos por isso uma forma-de-dizer-as-coisas que não fosse sentida como estranha nesse grupo, principalmente porque a prática das regras já seria um desafio em si.

Isso *não* quer dizer que o *conteúdo* das regras seja simplório – e uma linguagem menos comum não acrescentaria nada às idéias, como na maior parte dos casos: apenas poderia torná-las dependentes de um vendedor de explicações! Como *tudo*, enfim, certamente elas exigirão ajustes para o uso em qualquer situação diferente da em que foram formuladas, mas não por serem em si inapropriadas a grupos com educação mais sofisticada: o maior sempre compreende o menor; se não está compreendendo é porque não é maior de fato.

É preciso notar ainda que as regras foram escritas pensando em comunicação **interna**: para conflitos entre grupos diferentes, elas teriam com certeza que ser *formuladas de modo diferente*, mesmo quando fossem baseadas nos mesmos princípios.

Finalmente, a palavra “regra” tem aqui intencionalmente um duplo sentido: não só “o que se deve fazer” (prescrição) mas também “como as coisas normalmente são” (descrição), misturados devida ao caráter prático pretendido.¹⁴

Regra 1

Crítica é ótimo! Ninguém neste mundo “está pronto”, ou já é bom o bastante – e os outros enxergam com mais facilidade o que não é bom o bastante em nós. Portanto, não importa se a intenção do outro foi boa ou ruim: a crítica sempre é informação que *me serve* na batalha de *eu mesmo me fazer melhor*.

¹⁴ Essa é a razão pela qual desistimos da palavra “normas”, tentada na versão de 2004, ao mesmo tempo em que consideramos a palavra “leis” demasiado forte e pretensiosa.

Crítica não precisa doer... mas quase sempre dói. Porque traz à tona a dor que *acompanhou* as primeiras críticas que recebemos na vida, quase sempre acompanhadas de *violência* – fosse física, nas palavras, no tom, na cara dos pais.

Só estamos crescidos quando conseguimos separar essas duas coisas e enxergar a coisa boa que as críticas são – e aí começa um outro tipo de crescimento, o melhor.

Muita gente morre velha sem nunca ter crescido. Mas não tem quem não seja capaz de crescer, se decidir que quer.

Regra 2

TODA vez que existe desacordo ou conflito, as duas partes têm *suas razões*, e têm alguma medida de *razão*: pode assumir como lei que em “0%” dos conflitos a razão está 100% de um lado.

Acontece que na hora da irritação, um *não quer* entender as razões do outro; e como não quer, *não vai*. Pode assumir como lei: *na hora da cabeça quente nunca ninguém dá o braço a torcer*, não importa a força das razões.

Portanto: não importa se você tem razão, brigar não vale porque é energia perdida: *ninguém* vai conseguir o que quer, e ninguém vai sair sem estragos – nem os que estão em volta e não tem nada com o peixe.

Como proceder? **Marque outra hora** para tratar do assunto, e aí converse com toda a calma de que você é capaz. Se achar que não é capaz de muita, convide uma terceira pessoa que o outro também aceite. Mas não vá esperando vitória exclusiva para o seu lado; nunca.

Mais: com isso *pode ser* que o outro entenda; pode ser que não. *Parece pouco?* Já é uma conquista: na briga é *garantido* que *não* vai entender!

Regra 3

a) Todos têm o DIREITO de apresentar sugestão, crítica ou reclamação a *qualquer* outro, desde que antes *peçam licença* ao outro com calma e com jeito.

b) Todos têm o DEVER de ouvir as sugestões, críticas ou reclamações do outro que dizem respeito a si.

c) Em compensação, todos têm o direito de pedir para ouvir a sugestão, crítica ou reclamação em outra hora – e todos têm o dever de aceitar esse pedido de adiamento. Ou seja: quando uma pessoa diz: “por favor, agora não!”, o outro tem *obrigação absoluta* de parar e deixar para depois.

d) Mais uma compensação: a pessoa que pediu o adiamento da conversa tem por sua vez a *obrigação* de oferecer outra hora ou oportunidade para ouvir as críticas, logo nos dias seguintes.

c) Evite *ao máximo* responder as críticas na mesma hora, e não reaja contra os pedidos de adiamento. Por mais razão que você tenha, faça todo esforço de deixar pelo menos para o dia seguinte, tentando entender as razões de quem criticou você. Lembre-se de como são longos os grandes jogos de xadrez!

Regra 4

Não boabeie: quem levanta a voz, grita ou dirige palavrões e outras palavras agressivas ao outro... perde o direito de ser ouvido – pelo menos até a ocasião em que consiga se expressar melhor.

Precisa desabafar? Procure alguém (do grupo ou não) com quem possa conversar a sério, em particular, fora das vistas do restante do grupo. Quem sabe também seja útil recorrer a um saco de pancadas *no sentido literal* em casa ou numa academia... Mas se sobrar algum sentimento, não deixe a coisa permanecer abafada ou atuando pelas costas: procure a pessoa do conflito ou leve em reunião... só que *mais tarde*, com calma.

Regra 5

Se há problemas que têm a ver com todos ou não se sabe quem causou, *não* saia falando alto pelos corredores nem pregando recados nas paredes: traga o assunto na próxima reunião semanal.¹⁵

A urgência é muita? Converse com um coordenador ou responsável de área – função que não pode ser dada a ninguém de ação precipitada... nem que tenha como recursos principais o “deixa disso” e o “não se fala mais nisso”!

Regra 6

a) Uma pessoa *sempre* deve esperar a outra concluir sua fala para aí começar a falar! *Que duas vozes nunca soem ao mesmo tempo* deve ser regra de ouro.

b) Deixar pelo menos 3 segundos de silêncio entre uma fala e a seguinte é ainda mais refinado e eficiente. Pode salvar uma instituição!

c) Porém: falar muito tempo sem parar e sem dar chance aos outros é grave falta de educação até se for da parte de um rei! Atenção portanto ao *balanço entre o falar e ouvir* – e isso sem cair na “justa” distribuição “50% eu, 50% os outros dez...” (lembrando apenas que as situações de ensino ou treinamento podem e *devem* ter um outro tipo de balanço).

d) Em reuniões e aulas, o coordenador não apenas pode como *tem a responsabilidade* de cassar a palavra, até mesmo interrompendo se não houver outro jeito, de quem falar de coisas que não sejam o assunto em pauta, ou insistir com assuntos que o grupo já pediu para adiar.

e) Grupos devem evitar descartar *qualquer* assunto antes de ouvir, e tanto quanto possível devem dar ao “dono do assunto” pelo menos duas oportunidades de defender sua posição. (Se com essas duas ainda não convenceu, melhor desistir de vez... ou deixar para apresentar *bem* mais tarde e com *bem* mais preparo!)

Regra 7

Não vamos esquecer o princípio que presidiu e permitiu o nascimento do nosso empreendimento social, e que mesmo sozinho levaria a uma transformação total da sociedade brasileira, sobretudo do seu futuro:

Respeite sua própria palavra: se não tem certeza de que estará disposto a todos os esforços para cumprir o que disse, então nem diga! Palavra sem valor, sociedade sem futuro.

5.4. UM RESUMO DO SENTIDO DAS “REGRAS DE COMUNICAÇÃO” EM REFLEXÃO POSTERIOR

Para a humanidade nada é tão importante como a comunicação – pois o indivíduo humano é frágil e não realiza nada sozinho; salvo exceções isoladas e cada vez mais raras, nem mesmo alimentação e moradia para si ele é capaz de providenciar sozinho.¹⁶

¹⁵ Sem esse órgão possibilitador do convívio e do desenvolvimento humano que é a reunião geral, via-de-regra não menos que semanal, aberta à participação de *todos* os que atuam regularmente na iniciativa, pode-se esquecer todo o resto. Não haverá desenvolvimento institucional autêntico. Se parecer que há, é postiço, pintado por cima. Cedo ou tarde descasca, e o quanto antes melhor. *Este livro inteiro é para quem quer um mundo de verdade*, não sugestões de novos modelos de farsas...

¹⁶ É interessante notar que essa observação, que faz parte dos fundamentos mesmos da Pedagogia do Convívio, é também ponto de partida de boa parte dos escritos de Paulo FREIRE. Isso não significa, porém, que tenhamos partido da leitura de Freire, e sim que qualquer observação que se busque fazer da vida humana “com olhos limpos”, ou partindo tanto quanto possível de um “ponto zero”, irá logo se deparar com esse fato. Em qualquer proposta não se deve perder de vista *também* a realidade histórica ou contingencial em que ela está sendo feita, porém não temos dúvida de que a proposta será tão mais significativa e eficaz quanto mais suas estruturas fundamentais corresponderem a realidades

É verdade que somos um cruzamento *único* das contribuições que recebemos de todos os lados da sociedade, e temos a capacidade de processar o que recebemos a partir dessa perspectiva pessoal única – o que é provavelmente a maior fonte de inovação e renovação para as idéias e práticas da sociedade. Mas, mesmo nesse momento tão pessoal da criação, não só estamos criando em cima do que recebemos, como também o que criamos jamais se tornará *realização* a não ser através de conjuntos de pessoas.

E pessoas só se ligam e formam conjuntos... através da comunicação.

E no entanto a comunicação parece tão difícil! Parece que quase todos falam para impor o seu lado; para tentar dominar, não para criar um jogo em conjunto... Mil dores, receios, prevenções, desejos egoístas costumam tomar conta da fala... e ela *deixa* de ser comunicação!

Além disso, há o problema da *confiabilidade do que se diz* (por razões históricas, especialmente grave entre nós brasileiros!): sem comunicação *confiável*, um grupo humano é como um carro com peças grudadas com chiclete: não é possível chegar a lugar nenhum!

A maior parte das iniciativas conjuntas acaba se desintegrando por isso: porque por uma ou outra razão não consegue criar *liga*... cuja substância não é outra senão o *reconhecimento mútuo* que brota em toda *verdadeira* comunicação!

Frente a essa problemática (e a muitas outras), apoio psicológico individual é sempre desejável. (Infelizmente, encontrar um terapeuta realmente adequado e ainda por cima acessível parece às vezes ser mais difícil que se curar sozinho!)

Também alguns tipos de consultoria organizacional podem ajudar grupos a superar tais dificuldades – mas tampouco costumam ser acessíveis a pequenos grupos ou iniciativas de base.

As pessoas reunidas sob o nome Trópis já se viram nessa situação – e descobriram que já dá para viver e realizar coisas em conjunto se todos concordarem em seguir *sempre* umas poucas regras – criadas e testadas na prática: podemos garantir que em certo momento foram elas que salvaram a instituição – e *quase* todas as amizades pessoais dentro dela.

Sabemos que para muitos essas regras parecerão *amadoras*, e para outros parecerão *medievais*... E no entanto funcionam.

Reconhecemos que à primeira vista pode parecer muito incômodo tentar segui-las. Na verdade não é tanto. E os benefícios – tanto no funcionamento interno de um grupo *quanto na melhoria da atuação externa dos seus membros* – são tão grandes que logo todos se mostram contentíssimos de as terem adotado...

... e de terem podido dispensar o consultor externo, ou deixá-lo para outro tipo de questões!

BIBLIOGRAFIA

A Bibliografia específica deste artigo inclui os seguintes itens da Bibliografia Geral: BOS 1986. CORDEIRO 2005. ENGENBURG 2002. FREIRE 1976, 1996, 2001. GAIARSA 1978, 1986. HART 2004. KAPLAN 2005. LIEVEGOED 1991, 2001. NIETZSCHE 1977, 2006. RAMACHANDRAN 2006. RICKLI 2004b, 2004e. RIZZOLATTI 2006. ROMÃO 2006. ROSENBERG 2006. SCHAEFER 2005. STEINER GA 093, GA 332a, GA 338. VELOSO 1984. Comunicações orais mais destacadas: Alexandre Harkaly, Judy (Hurley) Bloomgardener, Marcos Ferreira Santos. Sites: www.cnvbrasil.org (em português) ou www.cnvc.org e www.nycnvc.org

antropológicas, ainda mais profundas que as históricas. Vem *daí*, no nosso ver, o peso ou consistência que fazem o pensamento de Paulo Freire ser reconhecido mundialmente, embora no Brasil, lamentavelmente, ele ainda pareça condenado a ser ou desprezado ou entendido num nível um tanto mais raso, como se fosse baseado apenas no histórico, e dentro dele em sua compreensão marxista, e não no antropológico profundo.

6. Algumas idéias sobre Turismo Ambiental e trabalho para jovens na Baixada Santista

2003/2005

Este trabalho reúne notas de duas fontes: a apresentação inicial do Projeto Oca Mundi (redigida em fevereiro de 2003) e um relato-reflexão sobre caminhadas-piloto realizadas nas proximidades do local onde a Trópis esteve instalada em 2004 e 2005, em Praia Grande, SP.

6.1. ALGUMAS INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A RMBS

A REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA, abreviada RMBS no correr do texto, é uma concentração urbana com mais de 1,6 milhões de habitantes espalhados por nove municípios litorâneos do Estado de São Paulo.

Somente uma escarpa de 700 m de altura, coberta com densa floresta, a separa dessa terceira ou quarta concentração urbana do mundo que é a Região Metropolitana de São Paulo – tanto que boa parte das matas da RMBS fazem parte ao mesmo tempo do CINTURÃO VERDE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, como reconhecido pela UNESCO. A distância entre seus núcleos principais é de apenas 70 Km. Apesar disso, a RMBS, ou pelo menos parte dela, tem uma identidade cultural claramente diferenciada da de São Paulo.

90% da população permanente da RMBS vivem em seis municípios (Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá e Bertioga) banhados por um vasto complexo estuarino-lagunar, o qual se entende do sopé da Serra de Mongaguá, passando pela Baía de São Vicente, pelos lagamares e canais de Santos e pelo Canal de Bertioga, até a bacia do Rio Itapanhaú, cerca de 100 Km a leste (o qual, aliás, nasce no planalto na região de Mogi das Cruzes e desce a encosta da Serra do Mar numa das mais espetaculares séries de cachoeiras de que temos notícia). Apenas 10% dessa população se encontram nos 3 municípios restantes (Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe), cujos sistemas hidrográficos são totalmente independentes.

Sobre a RMBS pode-se ainda dizer que é um verdadeiro microcosmos do Brasil e que se caracteriza por uma série de paradoxos, como p.ex:

- contém a cidade tida como mais antiga do Brasil (São Vicente, de 1532), e no entanto sua situação fundiária é caótica; não poucos dos habitantes das áreas suburbanas e rurais vivem como posseiros em áreas reclamadas por quatro ou mais proprietários presuntivos;
- contém ao mesmo tempo Cubatão – concentração industrial que já foi considerada a cidade mais poluída do mundo –, o porto de Santos – tido como o maior do Hemisfério Sul –, e áreas de natureza praticamente intocada com diâmetro de dezenas de quilômetros, como a reserva ecológica Juréia-Itatins;
- sua população humana permanente é da ordem de 1,6 milhões, porém pode atingir 4 milhões nos dias de pico da temporada de verão – momentos em que se torna a terceira aglomeração populacional do país.

Dentro disso, o município de Praia Grande responde por aproximadamente 200 mil habitantes permanentes, distribuídos principalmente por bairros de urbanização deficiente, parcialmente dormitório para empregados no porto, comércio e indústrias de Santos, São Vicente e de Cubatão – mas paradoxalmente cheios de vida devido ao alto desemprego juvenil! –, bairros esses periféricos ou paralelos (no sentido literal, geométrico) a uma estrutura urbana capaz de abrigar mais de 1,5 milhões de pessoas, porém virtualmente desabitada na maior parte do ano.

(É inevitável um profundo questionamento da estrutura social em que vivemos quando se pode caminhar à noite horas a fio, *literalmente*, por ruas bem iluminada porém desertas, cercadas de boas casas e prédios vazios – e que *permanecem vazios* por pelo menos 75%, talvez mais de 90% de suas vidas úteis –, e em seguida, bastando cruzar uma passarela escura e muitas vezes perigosa sobre a terra-de-ninguém da rodovia, penetrar num *mundo paralelo* com ruas cheias de gente e de vida... porém esburacadas e como que esgueirando-se por entre moradias precárias e esgotos misturados na água exposta dos canais de drenagem).

6.2. O QUE O NOSSO OLHAR PODE TRAZER QUANTO ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS NA RMBS

As questões ambientais mais óbvias na região dizem respeito naturalmente às relações das estruturas urbanas (residenciais, comerciais, industriais, portuárias) com *as águas*, seguidas pelas questões relativas a áreas florestais. Se não se pode dizer que tais questões estejam ampla e satisfatoriamente assistidas, tampouco se pode dizer que estejam esquecidas: há tanto ONGs quanto órgãos oficiais dedicados a elas.

Creemos que nosso olhar começa a ter algo diferenciado a contribuir quando começamos a falar das relações de *pessoas, como indivíduos*, com o ambiente (ou, mais ainda, com os diferentes elementos ou seres do ambiente) – isto é, de *convívio*.

Um primeiro aspecto é que com excessiva freqüência as questões ambientais vêm sendo enfrentadas com uma abordagem “biologizante” que demoniza o humano e “resolve” a questão do modo mais simples: excluindo tudo o que for gente. Trata-se de uma questão filosófica, antropológica, psicológica e até teologicamente complexa de que teremos que tratar em outra ocasião. Queremos apenas observar que tal abordagem já começou a reverter a inicial simpatia pública pelas causas ecológicas e o tiro corre o risco de sair pela culatra, vindo a prejudicar ainda mais o ambiente em lugar de defendê-lo.¹⁷

Nossa abordagem é totalmente diversa: cremos que **um ser só estará protegido se for amado, e só será amado por quem tenha podido conviver com ele.**

Com *excessiva freqüência, brasileiros vivem próximos à natureza porém são impedidos de ter contato direto com ela* – ou por ser considerada propriedade privada, ou por estar sob administração burocrática ou tecnocrática. Não se trata de um problema novo, porém vem se agravando. Há um crescente abismo entre áreas alegadamente públicas, ou de concessão governamental, e o próprio público – seja local ou visitante.

O eco-turismo organizado poderia vencer esse abismo – e sem dúvida há iniciativas nessa direção. Porém:

- na RMBS o tamanho e número dessas iniciativas é irrisório frente ao potencial da região, seja quanto aos “produtos”, seja quanto ao mercado: os pontos de visita ainda são poucos, enquanto há 18 milhões de pessoas estressadas, muitas delas sedentas por natureza, logo ali serra acima, na Região Metropolitana de São Paulo;
- como na maior parte dos negócios turísticos, os programas tendem a ser pouco originais, ou a se limitar a certos *standards*;
- trata-se basicamente de iniciativas privadas; sem ao menos entrar agora no questionamento da exploração privada de bens públicos, há que registrar que isso exclui do acesso, por razões econômicas, a maioria da população.

¹⁷ Como se vê da piada que se conta no interior em forma de pergunta e resposta: “ – Qual é a melhor coisa a fazer se um fiscal do IBAMA encontrar você com um tatu morto na mão? – Matar o fiscal, pois assim você pelo menos tem direito a fiança.” (Agradecemos pelo relato ao antropólogo João Frederico Rickli).

Isso tudo sugere que há um campo pouco explorado, no qual *iniciativas criativas* poderiam abrir novas possibilidades de trabalho para jovens da região: um serviço turístico receptivo mais rico, do ponto de vista ecológico, cultural e humano, onde jovens pudessem também trabalhar em condições mais justas que as usuais no mercado de trabalho convencional.

Em outras palavras: *preparar jovens para empreendimentos cooperativos em uma serviço diferenciado de eco-turismo* parece ser tanto *viável* quanto *relevante* neste contexto.

6.3. NOSSAS CAMINHADAS EXPERIMENTAIS EM PRAIA GRANDE

Em 2004 e 2005 temos realizado, geralmente com visitantes jovens e adultos de instituições amigas, caminhadas ou passeios aparentemente informais na bacia do Rio Branco, nos municípios de Praia Grande e São Vicente, como coleta de informações e oportunidade de reflexão sobre as abordagens possíveis.

Desse trabalho ainda obviamente preliminar, parece-nos que pode ser de interesse compartilhar uma relação de pontos que nos parecem dignos da atenção de quem quer que venha conviver com esse ambiente – ainda que (como advertimos logo adiante) não nos pareça interessante abordá-los de modo analítico-descritivo ou taxonômico, e sim como quem conhece uma bela mulher, ou rapaz, e registra mental-afetivamente sua cor de olhos, tipo de cabelo etc.

6.4. ELEMENTOS ECOLÓGICOS E GEOGRÁFICOS OBSERVADOS NAS CAMINHADAS

- a organização linear da cidade de Praia Grande e suas três (ou cinco) faixas
- a sutileza da transição urbano-rural: casas ou barracos semelhantes, em terrenos que se distinguem pelo tamanho e uso (lote x sítio, presença de animais e lavouras etc.)
- a transição “campo” - capoeira (palavra da nomenclatura etnobiológica tupi) - mata primária, observada diferencialmente em elementos como:
 - vegetação rasteira (tipo de gramínea presente);
 - vegetação arbustiva e arbórea (aspecto geral e espécies de interesse particular - p.ex. os riscos do “cipó-navalha” na caminhada);
 - umidade, temperatura e aspecto do solo;
 - sensação térmica do ar (diferença sob a mata e fora dela);
 - tipo de luz ambiente e na superfície do solo (apontando para a absorção energética pela vegetação);
 - odor ambiente;
 - presença de pássaros (e eventual de outros animais, mais freqüente do outro lado do rio);
 - presença e tipos de insetos; sua relativa escassez (frente a florestas similares em outras regiões); possível relação com a proximidade de centros urbanos e industriais;
 - nível e tipo de ruído ambiente;
- comentários sobre a altura relativamente modesta da vegetação arbórea (condicionada pelo lençol freático quase aflorante); a “árvore invisível” (raízes) e as relações copa-raiz;
- vegetação flutuante regular e excessiva: hipótese de eutrofização (referência aos esgotos bairros ribeirinhos);
- a inversão do sentido do curso d’água devido ao represamento pelas marés;
- características da água local: cor pela presença natural de matéria orgânica; acidez; referência aos processos anaeróbicos no lodo;
- presença de lixo (sacos plásticos, garrafas PET) em alguns dos canais;
- abundância da epifitose; referência a esse diferencial frente às florestas temperadas; atenção às idéias de simbiose e convívio;
- observação da situação geral entre a Serra do Mar e a costa, inserção no sistema estuarino-lagunar de Santos etc.

6.5. ELEMENTOS HISTÓRICOS E ANTROPO-SOCIOLÓGICOS

Estamos convictos de que uma Ecologia séria não pode deixar levar em conta as *relações intra-específicas* de uma espécie em particular: *a humana*, e que portanto – por estranho que possa parecer a muitos – seria arbitrário excluir da consideração dessas relações qualquer parte dos fenômenos sociais e/ou culturais.

Assim, embora não creiamos que se deva fazer isso de forma padronizada, transformando toda caminhada em uma aula sobrecarregada, cremos que se deve estar preparado para responder perguntas ou conversar livremente sobre p.ex.:

- elementos da história social local e recente: ocupação do bairro, origem da população;
- presença indígena na região;
- o início da colonização;
- formação ou desenvolvimento da cidade no século XX;
- a cultura caiçara tradicional e o impacto da urbanização sobre ela - etc.

6.6. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO TIPO DE OBSERVAÇÃO-REFLEXÃO UTILIZADO

Podemos dizer que há desde já em nossa abordagem uma opção intencional e bem definida por uma observação que dispensa (ou mais precisamente *adia*) tanto quanto possível qualquer ato de classificação e especialmente de *nomeação* (taxonomia). O uso de linguagem técnica ou científica é restrito sobretudo a palavras cuja incorporação à linguagem cotidiana do não-especialista seja evidentemente vantajosa, ou que sejam efetivamente de grande utilidade para a compreensão imediata ou para a articulação futura com o *corpus* dos conhecimentos sistematizados – *futura* porque a tentativa de sistematização *não* deve roubar tempo dentro dessa oportunidade geralmente rara de vivência sensorial direta, de *intimidade* com o ambiente.

Isso se baseia em uma tomada de posição intelectual no sentido de que *nomear não é garantia de conhecer*, e conforme o momento é mesmo *um obstáculo* – e de tal gravidade que constitui uma das principais causas da inefetividade do ensino em nossos tempos.¹⁸ Consideramos que no processo cognitivo saudável a formação de conceitos *precede* a nomeação e é tão mais precisa quanto melhor for a qualidade da observação – a qual costuma ser interrompida, ou pelo menos ter sua qualidade reduzida, pela introdução prematura de um processo de classificação analítica e/ou utilitária.

Busca-se uma observação suficientemente longa para permitir um trânsito sereno e se possível repetido entre o quadro geral e os detalhes, *e desses de volta ao geral*, e tão multi-sensorial quanto possível (sem deixar de levar em conta as informações de sentidos “novos” como os de temperatura, equilíbrio e sensação orgânica geral) – uma observação que poderíamos chamar tanto de “contemplativa” quanto de “holográfica”.

O objetivo é a formação inicial de uma imagem global ou “quadro referencial vivo”, que *não exclui* o estudo analítico, porém o coloca como *etapa posterior* a ser deixada à *livre opção do sujeito do aprendiz* – enquanto que os referidos quadros globais vivos devem tanto quanto possível fazer parte do patrimônio cultural comum a todos os seres humanos.

¹⁸ Um pouco mais sobre isso em 2.3.3 e em 12.3.2, no presente volume. Um estudo um pouco mais amplo da questão estará presente no volume *Filosofia do Convívio*, previsto para 2007.

Embora sem nenhuma obrigação de restringir-se a ela,¹⁹ essa abordagem se radica confessadamente na tradição da *Naturphilosophie* alemã, especialmente em GOETHE e na infelizmente tão pouco conhecida corrente goetheanista dos estudos da natureza: autores que buscaram identificar e fazer uso do método implícito nas obras científicas desse autor – donde as referências bibliográficas não só a escritos sobre a natureza do próprio GOETHE, como também a MATTOS (*Paisagens essenciais*), PFEIFFER (*The Earth's Face*), STEINER (*O método cognitivo de Goethe*, GA 002 e *Filosofia da Liberdade*, GA 004) e SUCHANTKE (*Der Kontinent der Kolibris*).

De modo que nos parece significativo, *não* temos porém referências bibliográficas das contribuições mais decisivas que recebemos dessa corrente – as que se deram nas aulas vivas do alemão **Thomas Göbel** e do holandês **Alrik Copijn** – sendo que este que costumava nos provocar com a seguinte fala: “Você corta a folha e a leva para estudar no laboratório, e diz que faz *biologia*. Mas onde ficou a *vida*? O que você está estudando é a morte, fazendo *tanatologia*...”

Aqui é preciso destacar ainda o quanto nos vêm chamando atenção as possíveis afinidades com a abordagem de Rita MENDONÇA, autora do recém-lançado *Conservar e criar: natureza, cultura e complexidade*, e suas atividades no Instituto Romã (São Paulo), em parte inspiradas nos trabalhos do norteamericano Joseph Cornell, mas também no pensamento complexo de Edgar MORIN, entre outros. Esperamos poder explorar mais profundamente essas afinidades nos próximos tempos.

BIBLIOGRAFIA

A Bibliografia específica deste trabalho contém os seguintes itens da Bibliografia Geral do Volume: EMLASA. GOETHE 1949. LIRA. MATTOS. MENDONÇA. PFEIFFER. SCHUMACHER. STEINER GA 002, GA 004. SUCHANTKE.

¹⁹ Pois poderia referir-se também à “suspensão do julgamento” proposta por Bergson, às pesquisas neuro-cognitivas de ANTÔNIO DAMÁSIO, a CAPRA, a SCHUMACHER, em alguma medida a MATURANA E VARELLA etc.

